

Educação popular e protagonismo feminino: práticas e estratégias do MST no Norte de Minas Gerais, Brasil

Popular Education and Women's Political Agency: Educational Practices and Collective Strategies of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra in Northern Minas Gerais, Brazil

Educación popular y agencia política de las mujeres: prácticas educativas y estrategias colectivas del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra en el Norte de Minas Gerais, Brasil

Leticia Honorato de Oliveira - leticia.honorato@ufvjm.edu.br
Profa. de Geografia, Pesquisadora no Observatório dos Vales e do Seminário Mineiro,
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Thaís Barroso Queiroz - thaisbarroso@ufrj.br
Bacharel em Humanidades, Mestra em Estudos Rurais e Licenciada em Geografia
Pesquisadora no Observatório dos Vales e do Seminário Mineiro,
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Aline Weber Sulzbacher - aline.weber@ufvjm.edu.br
Profa. Dra. Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia
Pesquisadora no Observatório dos Vales e do Seminário Mineiro,
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo

O protagonismo feminino no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), manifesta-se cotidianamente nas práticas da educação popular desenvolvidas no Norte de Minas Gerais, especialmente em contextos de luta pela terra e permanência no território. Esta reflexão fundamenta-se em duas experiências: o Estágio Supervisionado em Espaço Não Formal, realizado junto ao CEPAC/MST, e a execução de um projeto de extensão articulado entre universidades e movimentos sociais. A metodologia de abordagem qualitativa, baseia-se na observação participante e vivências de atividades formativas com mulheres do Acampamento João Pedro Teixeira, no município de Olhos D'água. Os resultados evidenciam a atuação das mulheres nas práticas produtivas, organizativas e de resistência nos territórios, reafirmando a educação popular, inspirada em Paulo e Elza Freire, como prática emancipatória fundamental para o fortalecimento da autonomia feminina e da construção coletiva dos sujeitos e do território.

Palavras-Chaves: Gênero, Resistência, Práticas Educativas, Educação Emancipatória, Rural.

Abstract

Women's protagonism in the Landless Rural Workers' Movement (MST) is expressed through daily popular education practices in Northern Minas Gerais, especially in struggles for land and territorial permanence. This study draws on two experiences: a supervised internship at CEPAC/MST and an extension project developed with universities and social movements. Using a qualitative approach based on participant observation and educational activities with women from the João Pedro Teixeira encampment, the findings highlight their central role in productive, organizational, and resistance practices. Popular education, inspired by Paulo and Elza Freire, emerges as an emancipatory path that strengthens women's autonomy and collective territorial construction.

Keywords: Gender, Resistance, Popular Education, Emancipation, Rural.

Resumen

El protagonismo femenino en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) se expresa cotidianamente en prácticas de educación popular en el norte de Minas Gerais, especialmente en contextos de lucha por la tierra y permanencia territorial. Este estudio se basa en una pasantía en el CEPAC/MST y en un proyecto de extensión articulado entre universidades y movimientos sociales. Con enfoque cualitativo, utiliza observación participante y actividades formativas con mujeres del campamento João Pedro Teixeira. Los resultados muestran su papel central en prácticas productivas, organizativas y de resistencia, reafirmando la educación popular, inspirada en Paulo y Elza Freire, como práctica emancipadora para fortalecer la autonomía femenina y la construcción colectiva del territorio.

Palabras-clave: Género, Resistencia, Educación popular, Emancipación, Rural.

Recebido em: 03/02/2026
Aceito para publicação: 24/03/2026

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instituiu-se na década de 1980 como desdobramento de lutas camponesas precedentes, a exemplo das Ligas Camponesas das décadas de 1950 e 1960. Esses movimentos tinham como eixo central a reivindicação de acesso à terra por meio da reforma agrária e, ao mesmo tempo, a oposição à modernização conservadora da agricultura e ao modelo de industrialização que promoveram a expulsão de camponeses do campo. Diante da intensificação da industrialização e do avanço do capitalismo agrário, o MST consolidou-se como um “movimento camponês em luta pela terra, em debate pela reforma agrária e que, na década de 1990, [no contexto pós-ditadura militar (1964-1985)] constrói pontes entre sujeitos e coletivos no plano internacional” (PEREIRA e REIS, 2018, p. 2).

A partir dos anos 2000, o debate sobre a reforma agrária ganhou novos contornos em meio ao fortalecimento do agronegócio e à intensificação da produção agrícola. A luta passou, então, a incorporar, para além das perspectivas distribucionistas (FERNANDES, 2008), uma luta pautada em “todas as dimensões do território [...] e, principalmente, contra o capital” (IDEM, 2008, p. 4). Esse processo de reconfiguração política ocorreu, sobretudo, a partir da participação do movimento na Via Campesina, que desempenhou papel fundamental na ampliação desse horizonte de luta.

De acordo com Roseli Caldart (2001), o MST expressa um modo singular de organização social que questiona os valores e os modos de ser da sociedade capitalista contemporânea. Essa contestação não se dá de maneira abstrata, mas se concretiza nas práticas cotidianas, “nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos” (CALDART, 2001, p. 210), nas quais se constroem novas formas de pertencimento coletivo.

No entanto, ainda sim, o movimento não está isento de conviver com tensões internas que refletem disputas de valores e ideologias no interior de sua própria base social (FARIAS, 2011). Embora princípios como a igualdade de gênero nem sempre se materializam integralmente em práticas cotidianas, tais tensões revelam o caráter dinâmico e contraditório da luta social. E é nesse movimento que as experiências, insatisfações e expectativas entre militantes “incentivam a mudança de rumos e a inovação de estratégias e princípios que poderão corresponder à diversidade etnoracial, aos interesses de classe e de gênero nos processos de reprodução familiar e social” (IDEM, 2011, p. 5).

Nessa perspectiva, a educação popular assume papel central no projeto político e pedagógico do MST, articulando formação humana, emancipação e resistência cultural. Trata-se de um processo em que “os Sem Terra se educam, quer dizer, se humanizam e se formam como sujeitos sociais no próprio movimento da luta que diretamente desencadeiam” (CALDART, 2001, p. 213). E, ao dialogar com políticas públicas no âmbito da formação, o movimento estabelece uma relação complexa, marcada tanto por sua plena efetividade, quanto por disputas em torno dos seus sentidos de educação e suas práticas.

Assim, neste artigo apresentamos reflexões sobre a participação, papel e atuação das mulheres em contextos da reforma agrária e em espaços de educação popular, considerando a relevância dos múltiplos trabalhos desempenhados por elas nesses espaços e processos. As questões têm por base duas experiências: 1) a

realização, em junho de 2025, pela autora, do Estágio Supervisionado em Espaço Não Formal, vinculado ao curso de graduação em Geografia-Licenciatura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), junto ao Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado (CEPAC), vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Norte de Minas Gerais, que desdobrou-se em vivências em atividades realizadas no âmbito do Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS) com mulheres do Acampamento João Pedro Teixeira, localizado no município de Olhos D'Água; e 2) a execução do projeto de extensão¹ “Direitos, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: Conexões, Vivências e Ações entre Universidades e Comunidades” coordenado pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro – grupo interdisciplinar de pesquisa, ensino e extensão vinculado à UFMG – e instituições parceiras² com financiamento pelo mandato da Deputada Federal Célia Xakriabá.

Portanto, a metodologia tem por base atividades de pesquisa, ensino e extensão que seguem uma abordagem qualitativa e inspirada nos princípios da educação popular e da educação para liberdade na linha de Paulo e Elza Freire; e observação participante (YIN, 2001, p. 116) das atividades, sendo que durante a vivência de campo esse foco foi direcionado para a realidade das famílias acampadas em junho de 2025. A articulação entre o trabalho empírico e o referencial teórico permitiu aprofundar a compreensão dos processos educativos como práticas de liberdade, especialmente em contextos marcados por conflitos territoriais e lutas sociais, evidenciando o caráter emancipatório das experiências coletivas desenvolvidas no MST.

A luta pela terra e para permanecer nela: a região do Norte de Minas Gerais³.

A região Norte de Minas tem 144 km² de extensão e abrange 89 municípios. Sua formação socioespacial moderna tem por base a ocupação colonial a partir das margens de cursos de água, especialmente dos Rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, e ao longo das rotas de comércio (NOGUEIRA, 2009; SANTOS; SILVA, 2011). Conforme Chaves (2020) a primeira incursão colonial realizada em 1553 e 1554 pelo castelhano Francisco Spinosa, motivou-se pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. A expedição partiu de Porto Seguro e percorreu as bacias do rio Jequitinhonha e rio Pardo, Serra do Espinhaço e passou pelo rio São Francisco.

¹Executado no período de execução de maio de 2025 a abril de 2026, com registro na PROEXC/UFVJM número 202203000812.

² Observatório Fundiário do Vale do Jequitinhonha (grupo de pesquisa e extensão vinculado à Universidade Estadual de Minas Gerais - Campus Diamantina, MG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Coletivo de Direitos Humanos do MST do Norte de Minas Gerais; e o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular (CMA).

³ As reflexões aqui apresentadas têm por base pesquisa, estudo e revisão bibliográfica realizados no âmbito do Projeto Veredas Sol e Lares com contribuições de Heliene Macedo de Araújo, Elisiane Fátima Jahn, Aline Aparecida Gomes Ruas Santos, Natália Faria Moura, Aline Faé Stocco, Aline Weber Sulzbacher e Ivana Cristina Lovo referenciadas como ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL (AEDAS). Relatório Técnico - Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Regional. Belo Horizonte, 2021. (Não publicado).

Entre essas incursões coloniais e o mapa das províncias de Minas Gerais (Figura 01), registro do início do século XIX, se passam quase 300 anos, que foram marcados pelo genocídio dos povos indígenas, pela expropriação das gentes, terras e bens comuns com a instalação de fazendas de gado e vilarejos em locais estratégicos das rotas que conectavam o sertão e seus rios ao mundo. Os povos indígenas eram os Jê, ou denominados pelo colonizador como Tapuias e Caiapós, os Mongoiós e Pataxós. (AEDAS, 2021).

Figura 1 - Mapa da província de Minas Gerais por regiões (século XIX)



Fonte: Chaves (2012, p. 55).

A instalação de fazendas — base dos latifúndios, expropriação e grilagem — com pecuária extensiva (gado) foi um dos fatores mais importantes de ocupação colonial do norte geográfico de Minas, que inclui as regiões hoje denominadas Norte de Minas, Jequitinhonha e Noroeste, “enraizando, desde então, uma forte cultura pecuária na região, desenvolvida nas grandes propriedades de terra, as sesmarias” (NOGUEIRA, 2009, p. 48).

Mas havia também outros territórios e modos de vida que hoje reverberam na luta pelo reconhecimento de povos e comunidades tradicionais que seguem existindo nos territórios, com apoio de organizações e movimentos sociais. Para esses grupos, a produção da vida envolveu a articulação entre agricultura e pecuária com criação de animais como porcos, galinhas e animais destinados ao transporte e tração, pequenos engenhos de produção de cachaça e rapadura, além de ser feito o cultivo da roça branca (mandioca, milho e abóbora) (AEDAS, 2021).

A Lei de Terras de 1850 contribuiu para reconfigurar o domínio territorial e a economia regional, dando poder ao grande proprietário de terras (coronéis, fazendeiros) que subordinaram os povos despossuídos como os caboclos, negros

libertos, escravizados etc. com a privatização de terras — muitas vezes usurpadas das comunidades tradicionais — e sua comercialização como mercadoria, excluindo antigos moradores e posseiros ou tornando-os agregados (DAYRELL, 2019). Essa lógica permanece na virada de século com um modelo de desenvolvimento para o campo pautado na modernização conservadora da agricultura e na exportação de *commodities* que colocam em risco a soberania e segurança alimentar, além de criar uma crise de abastecimento e de inflação nos preços. A ausência de políticas agrárias, com foco na garantia de acesso à terra para camponeses e condições dignas de permanência no campo, contribuiu para o êxodo rural com migração para as cidades, sem infraestrutura e condições dignas de moradia, transporte, saneamento básico, trabalho etc.

Portanto, a persistência da desigualdade social no Brasil tem raízes profundas que marcam sua formação histórica como a escravidão, o latifúndio, o patriarcalismo e o patrimonialismo — dimensões que Carvalho (2017) denomina como “quatro pecados capitais” que implicam, atualmente, em uma sociedade racista, com concentração de terras, misógina, homofóbica e em que há convivência com práticas de apropriação de bens públicos de forma privada.

Em contraposição a essa lógica, conforme Dayrell (2019), em fins do século XVIII e início do século XIX havia outra configuração territorial no Norte de Minas Gerais em que as terras de uso comum (campos) incluíam extensas áreas localizadas nos planaltos, às margens do rio São Francisco e em ambientes de serras e chapadas da Serra do Espinhaço. As terras de uso comum ou sistema de posse comum era uma modalidade de uso da terra (terras de ninguém, culminando no seu posseamento) em que seu controle era exercido coletivamente, através de normas consensuais entre vários grupos familiares (NOGUEIRA, 2009). Essas terras eram usadas para a solta do gado, extrativismo de plantas medicinais, frutos e lenha do Cerrado, muito usadas pelos povos não-brancos dessa região como um ambiente complementar e integrado ao sistema agrícola, que cultivavam na época, atualmente identificado como sistema agrícola tradicional (AEDAS, 2021).

O Norte de Minas se manteve parcialmente “isolado” até a década de 1950, mantendo relações comerciais baseadas no abastecimento de alimentos das áreas de mineração. A partir de 1960 “a região norte mineira foi alvo de novas e mais ostensivas políticas de desenvolvimento e modernização” (NOGUEIRA, 2009, p. 63). Em 1963 a criação do Polígono das Secas, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), acirrou as disputas e conflitos por terra, e o Estatuto da Terra, em 1964, contribuiu para a concessão de terras públicas para empreendimentos privados por meio de “instrumentos conceituais e institucionais necessários para que o Estado efetivasse a incorporação das terras devolutas ao seu patrimônio” (NOGUEIRA, 2009, p. 150).

A partir de 1970 são executados planos e projetos de desenvolvimento, orientados pelas teorias de crescimento econômico, incentivadas pelo Estado e pelas elites agrárias regionais, especialmente através de programas e projetos de modernização⁴ (AEDAS, 2021). Conforme Barbosa (2020), a região foi inserida com área de atuação da SUDENE em 1965, iniciando-se o processo de modernização a partir de cinco pilares: agricultura/fruticultura irrigada,

⁴ Executados, na escala federal, pela SUDENE e pela Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e, na escala estadual, pela Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE)

monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão, e incentivos à industrialização de algumas cidades.

A Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS)⁵ também fomentou a modernização da agricultura na região e facilitou a gestão das terras públicas, proporcionando a legitimação de propriedade e a discriminação de terras públicas dominicais e devolutas aos fazendeiros e empresários interessados em investir na produção agropecuária e florestal (DAYREL, 2019; COSTA, 2017).

Para Santos e Garcia (2016, p. 09):

A luta dos camponeses para resistir e permanecer em seu território, articulou muitos movimentos sociais e entidades neste objetivo comum a todos. A primeira grande ação coletiva dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios do Alto Rio Pardo aconteceu por volta de 1993 com uma ação de denúncia no ministério do trabalho das condições escravas que se encontravam os trabalhadores das carvoarias da região. Vale ressaltar que estes trabalhadores em sua maioria eram os camponeses expulsos de suas terras para ceder lugar ao “desenvolvimento” trazido pelas reflorestadoras.

Na obra Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, Batella (2020, p. 105) afirma que na mesorregião Norte de Minas, “a luta pela terra tem resultado no confronto entre a violência latifundista-estatal e a resistência camponesa, quilombola e indígena pelo direito à terra” e Ferreira (2020, p. 25) indica que a “[...] a concentração fundiária nas Gerais é da ordem de 70% para as grandes propriedades e os 30% restantes, para os demais sujeitos sociais que labutam na terra de trabalho e vida”, portanto,

Os conflitos são marcas históricas constantes no Norte de Minas Gerais, isto é, os camponeses seguem lutando pela reforma agrária e acesso à água. Trata-se de duas dimensões indissociáveis impulsionando os diferentes movimentos sociais agrários que atuam nessa região e no Jequitinhonha. (Ferreira, 2020, p. 25)

Para Costa (2020, p. 79) “A divisão e demarcação de terras foi uma estratégia geopolítica utilizada pelas elites fundiárias locais e regionais, nas décadas de 1920 e 1930 para se apropriarem das terras públicas devolutas no Norte de Minas Gerais”. E essa estratégia passava pela aliança e articulação entre “grileiros de terras, poderosos locais e agentes estatais, sobretudo do judiciário local”. A pesquisadora aponta:

Tratava-se de um contexto em que as elites locais pressionaram os camponeses pela coação e violência ou utilizavam de seu poder político, domínio das leis, da leitura e da escrita para enganar camponeses analfabetos, apresentando-se como proprietários das áreas, com documentos e histórias falsas, como no presente, ainda fazem os grileiros que agem na região, associados às empresas (COSTA 2020, p. 79).

⁵ Órgão do governo do estado de Minas Gerais responsável pelo planejamento, gestão e fiscalização dos processos de desenvolvimento social e econômico de meio rural, foi criada pela Lei nº 4.278, de 21 de novembro de 1966 e extinta pela Lei 22.293, de 20 de setembro de 2016.

As pesquisas de Costa (2020, p. 79) apontam que de 1960 a 1990 ocorreu uma “[...] forte invasão das terras devolutas, terras livres de uso comum geraizeiro e de invasão das posses e propriedades camponesas”. Portanto, “a região registra um dos mais elevados índices de conflitos por terra em todo o estado” (Batella 2020, p. 105) e,

Recentemente, **as denúncias da grilagem de terras públicas somam-se à pilhagem desbragada dos recursos hídricos e minerários**, ademais da degradação em larga escala do meio natural. A região, outrora paraíso para subtração fiscal do erário público (período SUDENE), vem se tornando terreno fértil para **investimentos monopolistas em atividades agropecuaristas e extrativistas voltadas à exportação**, aprofundando a drenagem de capitais para os conglomerados econômicos transnacionais (IDEM, p. 105 - grifos nossos).

Em contexto de avanço da fronteira agrícola e mineral, há uma intensificação de conflitos territoriais decorrentes de processos de exploração do trabalho, expropriação de comunidades e ameaças às lideranças sociais. Neste cenário, a articulação do MST passa a ser fundamental na organização da luta pela terra, nas estratégias de ocupação de fazendas improdutivas para manter a pauta pela reforma agrária e na produção de alimentos. O movimento tem retomado debate em defesa de uma reforma agrária popular que perpassa pela democratização da terra, cumprimento de seu papel social por meio da produção de alimentos em quantidade e qualidade para todos os brasileiros.

Conforme Santos, Siqueira e Fernandes (2023, p. 113) na região Norte de Minas há quatro áreas de assentamento vinculados ao MST: “o Assentamento Estrela do Norte, em Montes Claros; o Assentamento Darcy Ribeiro, em Capitão Enéas; o Assentamento São Francisco, no município de São Francisco; e o Assentamento Eloy Ferreira, em Engenheiro Navarro”. Além disso, Conforme Costa Santos (2024, p. 93):

Os Acampamentos do MST, entre Bocaiúva e Olhos D’Água, apresentam um processo de conquista a partir de uma ocupação em 26 de outubro de 2016, com 150 famílias na Fazenda Pedra Negra, que apresentava fortes indícios de grilagem de terra. O processo resultou na cessão de duas fazendas aos acampados, realizada pelos próprios sócios do grupo, a Fazenda Ribeirão e Fazenda Estrela, ambas em Olhos D’água.

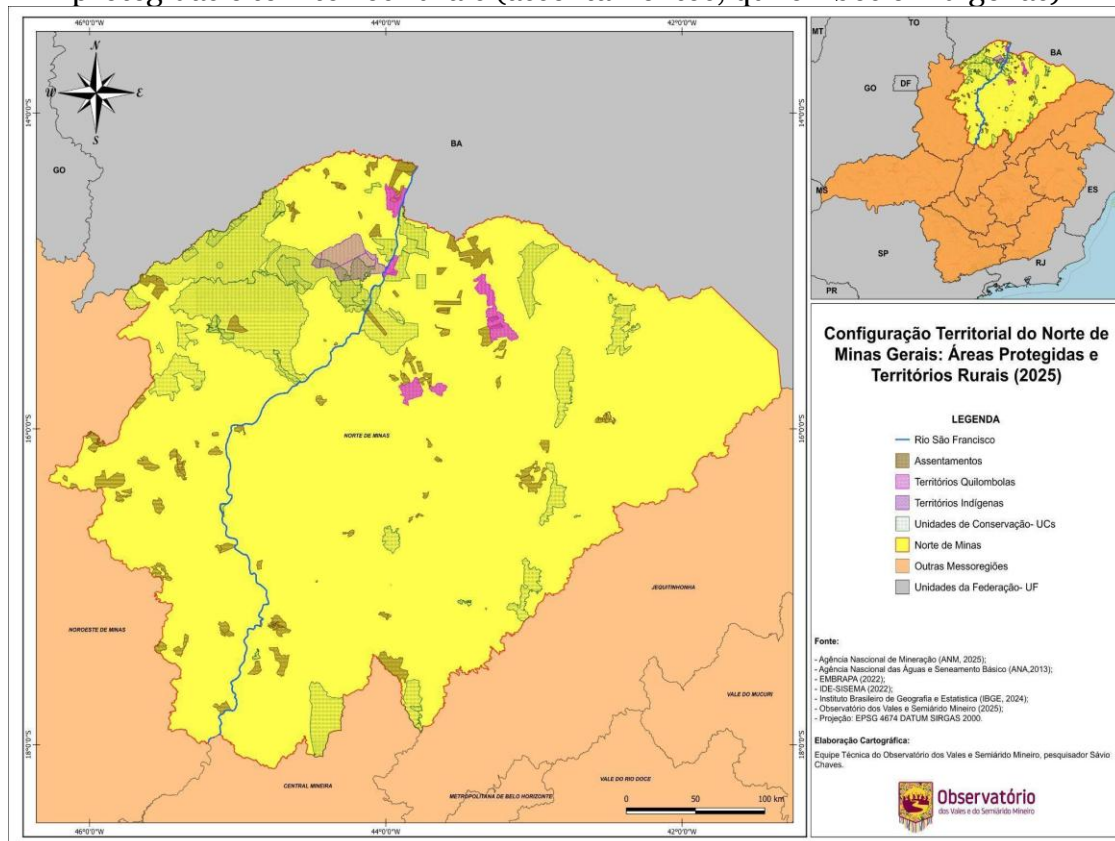
Importante ressaltar que além da luta pela terra que perpassa as ocupações, com os acampamentos coordenados pelo MST, há também uma outra frente de luta pela permanência na terra com retomada de território por parte de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que acontece a partir de processos de autoconhecimento como comunidade tradicional, seguida de processo para a demarcação territorial. Deste modo, ainda que não tenhamos dados disponíveis do total de comunidades rurais (tradicionais ou não) na região Norte de Minas, apresentamos o Mapa 1 para contribuir na compreensão da disputa que enseja os conflitos territoriais no Norte de Minas Gerais. Na pesquisa de Costa Santos (2024) há um levantamento, sistematização e espacialização dos grandes projetos de desenvolvimento que ameaçam esses territórios.

Santos, Siqueira e Fernandes (2023, p. 105):

[...] constata-se que as famílias produzem certa diversidade de alimentos agroecológicos, incluindo hortaliças, frutas e leguminosas. Essa produção ocorre sem a dependência dos pacotes tecnológicos do agronegócio, que frequentemente envolvem o uso intensivo de produtos químicos e sementes transgênicas. [...] Além disso, no âmbito da comercialização, essas famílias, organizadas pelo MST, têm desenvolvido alternativas como feiras locais e estaduais, vendas diretas e comercialização nos próprios locais de produção.

Uma das estratégias para viabilizar as condições de produção nos assentamentos de reforma agrária passa pela criação de cooperativas, como é o caso da Cooperativa Camponesa Veredas da Terra que foi fundada em 2007, com sede no Assentamento Estrela do Norte e tem por foco ações de formação em agroecologia e na articulação de rede de produção, beneficiamento e comercialização em atividades como a produção de leite, mel e produtos à base de cana de açúcar (rapadura, açúcar mascavo, rapadurinha). Outra ação fundamental para a criação de circuitos curtos de produção e comercialização, conectando campo e cidade, é a venda direta aos consumidores por meio do projeto Cestas Agroecológicas da Reforma Agrária.

Mapa 1 - Territórios em disputa na região Norte de Minas Gerais: áreas protegidas e territórios rurais (assentamentos, quilombos e indígenas)



Fonte: ANM, ANA, EMBRAPA, IDE-SISEMA, IBGE (2025)

Elaboração: Sávio Santos Chaves

Por fim, cabe dar destaque à atuação das mulheres nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária. A luta pela terra segue mesmo após o assentamento, principalmente pelas condições desafiadoras em que são

submetidas as famílias (muitas vezes as infraestruturas demoram a chegar como estradas, acesso à energia elétrica, liberação de crédito para compra de equipamentos e iniciar atividades produtivas etc.). A permanência na terra exige diferentes estratégias, sendo o Coletivo de Mulheres do MST “Flores de Pequi” um desses exemplos. O coletivo foi fundado em 2022 a fim de promover a mobilização comunitária entre as mulheres, sendo que dois temas foram centrais nesse processo: a autonomia financeira e o cuidado com a saúde.

Mulheres que semeiam liberdade: Estratégias de (r)existência e a luta por terra

As mulheres assumem papel central no debate sobre a luta pela terra e na construção de alternativas de (r)existência nos territórios. Tanto a vivência no assentamento, quanto a participação no curso de extensão evidenciam que elas constituem a maioria das pessoas interessadas e engajadas com as questões sociais, com a prática do cuidado e a formação política. Esse envolvimento manifesta-se na dedicação aos processos formativos, motivada pelo reconhecimento de sua relevância e pela compreensão de como os históricos processos de luta contribuíram, e continuam a contribuir para melhoria de suas próprias condições de vida.

Ao longo da história as mulheres têm elaborado diversas estratégias individuais e coletivas de reprodução socioespacial que fundamentam sua luta e reconhecimento como sujeitas de direito. Essas estratégias atravessam tanto reconhecimento do trabalho feminino como o direito de posse da terra, elementos centrais na busca por autonomia econômica. Tais práticas, rompem com a ideia de determinismo biológico como destaca Paulilo (1987) e evidenciam a capacidade das mulheres, especialmente no contexto da trajetória de luta no campo, redefinindo papéis sociais e econômicos que culturalmente foram interpretados como ocupação masculina. Segundo Favareto e Carneiro (2017), historicamente a organização dos espaços, sobretudo o rural, é marcada por uma polarização: em que o espaço público, tradicionalmente ocupado pelos homens, trata-se da produção, e o privado, destinado às mulheres, trata-se da casa e do quintal voltado à reprodução social.

Essa cisão da divisão sexual do trabalho funciona separando tarefas e espaços, de modo que o trabalho masculino é o trabalho valorizado socialmente. São papéis de gênero aprendidos e reproduzidos ao longo da vida, sustentados por lógicas de poder desiguais e pelas normas que regem o mundo rural (SCOTT 2010). Tal realidade tem raízes no modelo agrário capitalista e patriarcal, que ainda orienta as hierarquias de poder e as relações entre os gêneros e as gerações no campo.

No contexto internacional, tem destaque a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação das Mulheres, de 1979, cujo ponto central foi a incorporação do direito das mulheres a possuir, herdar, administrar propriedades em seus próprios nomes. Desde então, as posteriores Conferências Mundiais Das Mulheres, promovida pela ONU, deram mais enfoque sobre os direitos das mulheres à propriedade da terra.

Segundo Deere e León (2003), em estudo realizado em países da América Latina sobre as desigualdades de gênero no acesso à terra, constatou que a distribuição de propriedade fundiária por gênero na América Latina é

extremamente desigual, sendo que as mulheres raramente representam mais de um quarto dos proprietários de terras e ainda elas foram amplamente excluídas dos esforços estatais, isto é, das políticas públicas de distribuição de terras em função de entraves legais, culturais, ideológicos estruturais e institucionais.

Segundo elas, essas disparidades se devem aos seguintes fatores: 1) Preferência dada aos homens no processo da herança; 2) Privilégio masculino no casamento; 3) Caráter predominante masculino nos programas comunitário, 4) Viés masculino presente nos programas estatais de distribuição de terra 5) A desigualdade de gênero no mercado fundiário.

De acordo com Paula (2020, p.13), ao analisar as estratégias de reprodução socioespacial de mulheres em diferentes assentamentos no interior do estado de São Paulo, constatou que

[...] as estratégias de reprodução socioespaciais são fissuras que tensionam esse movimento, possibilitando mudanças que promovem relações de gênero mais igualitárias. Destarte, as estratégias socioespaciais desenvolvidas por estas mulheres são condicionadas, a princípio, pela situação geográfica na qual constituem-se os assentamentos rurais, porém não se limitam a elas, uma vez que as práticas espaciais das associadas reconfiguram estes espaços, gerando novas espacialidades (PAULA, 2020, p. 13).

No processo de luta e reivindicação de direitos das mulheres do campo, torna-se evidente que estas possuem modo de vida e de trabalho singulares, nas quais a dimensão produtiva e reprodutiva são indissociáveis (Queiroz, 2024). Essa articulação revela não apenas a centralidade das mulheres na manutenção e reprodução da vida rural, mas também o caráter político de suas ações, que desafiam a lógica patriarcal⁶ e reafirmam a presença feminina como sujeito ativo na transformação do território.

Foi por meio da atuação organizada das mulheres, especialmente na década de 1980, que suas demandas se consolidaram como pauta de reivindicações. Nesse contexto, a Igreja Católica progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação, teve papel fundamental ao possibilitar espaços de encontro, reflexão, formação política e consciência crítica para fortalecer sua organização coletiva (PAULA, 2020). O primeiro processo de luta, foi para o reconhecimento das trabalhadoras rurais como agricultoras, as mulheres conquistaram uma série de direitos básicos e visibilidade na esfera pública (BOSCHETTI, 2008), mediadas pela sua atuação e contribuição em diferentes coletivos e movimentos sociais.

Após árdua luta, conquistaram o direito à aposentadoria, ao seguro-desemprego e à licença-maternidade remunerada. Ademais, seus direitos foram sendo expandidos, como a obrigatoriedade da titulação em nome do casal (titulação conjunta) ou em nome da própria mulher, independentemente de seu estado civil, até mesmo a inclusão de políticas públicas que, ao menos juridicamente, lhes garantissem melhores condições de vida e de trabalho (PAULA, 2020, p.133).

⁶ Segundo Carvalho, (2017) o patriarcalismo, o terceiro pecado capital, desencadeou a desigualdade de gênero, que postergou o acesso das mulheres aos direitos civis e políticos, hoje contemplados na constituição. No entanto, ainda repercute a diferença salarial entre homens e mulheres desempenhando a mesma função, a violência ancorados “na justificativa da defesa da honra masculina” e mais recentemente uma nova roupagem: o feminicídio.

Embora esses avanços tenham sido institucionalizados não conseguiram eliminar por completo a histórica exclusão que persiste em limitar sua atuação nos espaços de representação política e social. O direito das mulheres à titularidade da terra, isto é, o direito de que seu nome esteja inscrito no Registro de Beneficiário (RB) em áreas de assentamentos da reforma agrária foi uma conquista gradual, resultado das mobilizações femininas no campo (PAULA, 2020). Movimentos como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e de articulações com o MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outras organizações, foram fundamentais para o reconhecimento das mulheres como beneficiárias diretas da terra, especialmente a partir da década de 1980, quando passaram a ser adotadas medidas voltadas a modificação de dispositivos discriminatórios na legislação, que veio a se concretizar no contexto de redemocratização do país.

A barreira legal mais significativa à inclusão das mulheres foi que, embora se tenha pressuposto que as famílias seriam as principais unidades a beneficiar-se, os beneficiários legais eram os chefes de família. As leis, que não designavam explicitamente os chefes de família como beneficiários, estipularam que apenas uma pessoa por família pode ser beneficiária. Segundo normas culturais, se houver algum homem adulto presente na família, ele será designado o chefe ou representante da família para fins de reforma agrária (DEERE; LÉON, 2003, p.126)

Esse processo evidencia a persistência das estruturas de controle patriarcais que se expressam na implementação de políticas agrícolas e políticas agrárias das instituições estatais. Esses espaços, historicamente limitaram o protagonismo feminino seja pela desvalorização do trabalho das mulheres, reduzidos a ajuda, seja pelas primeiras elaborações de ações, projetos e políticas públicas pelo estado, em que o homem o “chefe de família” era o único beneficiário das políticas públicas, sobretudo de acesso a crédito (QUEIROZ, 2024). Isso demonstra um viés de desigualdade, por sexo e raça, em que as instituições públicas ainda reproduzem nas políticas públicas, ferindo princípio constitucional de igualdade no acesso à direitos. Torna-se evidente, assim, que há um leque de opressões, do simbólico às formas materiais de exploração, que permanecem sustentados nos costumes patriarcais.

Conforme Deere, Léon (2003), Brasil, Colômbia e Honduras foram os primeiros a introduzir a possibilidade de adjudicação e escrituração conjunta da terra para casais a partir da década de 1990. Este se trata de um avanço importante na igualdade de gênero, pois passa-se a reconhecer a família de cheia dupla, ou seja, representada tanto pelo marido como pela mulher em que ambos geram a propriedade comum da família. Tal mudança apresenta contribuição significativa no aumento do poder de barganha das mulheres, o poder de tomada de decisão sobre a família e a propriedade agrícola. Ainda segundo elas, foi uma confluência de fatores que levou a mudanças nas leis agrárias da maioria dos países da América Latina, contribuindo para uma composição de beneficiários da reforma agrária mais equilibrada do ponto de vista do gênero.

Mesmo com direito à terra, poucas mulheres tinham, efetivamente, seu nome incluído na RB e, portanto, assentadas da reforma agrária. Assim, foi o processo de luta e mobilização que esse cenário apresentou mudanças

importantes, uma delas foi a Marcha das Margaridas⁷, considerada um dos movimentos mais amplos e expressivos da América Latina. Surgida no ano 2000, a Marcha reúne mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas e das cidades, em um amplo ato político que denuncia as desigualdades históricas e reivindica o direito à terra, à igualdade de gênero, à soberania alimentar e à justiça social.

Além da denúncia, o movimento também se consolidou como espaço de proposição, diálogo e negociação com o Estado, alcançando importantes conquistas, como a ampliação do acesso das mulheres à documentação civil e produtiva, à terra, à produção agroecológica e a políticas públicas voltadas à educação, saúde, trabalho, previdência social e enfrentamento à violência de gênero.

A conquista do direito das mulheres à titularidade da terra nos assentamentos da reforma agrária representa um marco importante na luta pela igualdade de gênero no campo, a partir da Portaria nº 558, de 12 de novembro de 1996, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passou a autorizar a emissão de contratos de concessão de uso ou títulos de domínio em nome da mulher ou do casal, independentemente do estado civil.

Entre os anos de (2003 e 2004), observou-se um conjunto de políticas⁸ orientadas para ampliação da participação e reconhecimentos das mulheres agricultoras. O II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), consolidou a perspectiva de gênero como diretriz das políticas fundiárias, reafirmando o princípio da titulação conjunta. Esse avanço foi incorporado de forma definitiva pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Reforma Agrária e estabelece a promoção da igualdade entre homens e mulheres no acesso à terra, à infraestrutura e aos serviços de apoio à produção, garantindo, assim, um marco legal e político para o reconhecimento das mulheres como sujeitas plenas de direito à terra.

A relação entre o MST e a Marcha das Margaridas se revela na convergência de pautas e na articulação de suas lutas. Ambos os movimentos se estruturam a partir da resistência e da organização popular, reconhecendo nas mulheres a força transformadora capaz de romper com as estruturas de poder que sustentam a desigualdade no campo. As mulheres sem-terra e as margaridas compartilham o mesmo horizonte em que o acesso a terra, o trabalho e a vida são direitos efetivamente garantidos.

⁷ A Marcha das Margaridas vem sendo realizada periodicamente — após a primeira edição no ano de 2000 e posteriormente em 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023 — e, em 2025, completou 25 anos de existência, reafirmando a continuidade da luta por direitos, dignidade e reconhecimento. O movimento homenageia Margarida Maria Alves, liderança sindical paraibana assassinada em 12 de agosto de 1983, considerada figura da resistência das mulheres trabalhadoras rurais.

⁸ (1) a instituição da dupla titularidade da terra e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); (2) a criação da Política Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); (3) a incorporação de diretrizes específicas para as mulheres na Reforma Agrária e no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), (4) a implementação da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATER); (5) o lançamento do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR); (6) a consolidação de linhas de crédito como o Pronaf-Mulher e o Garantia-Safra; e (7) as ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Cabe ressaltar que a criação de assentamentos está longe de uma política agrária efetiva. Trata-se de uma resposta do Estado Brasileiro pressionado pelos movimentos sociais e os conflitos pela terra, para que se faça valer a função social da terra, isto é, para produzir alimentos para a subsistência. A vida no assentamento é um processo de construção coletiva e de formação que começa com a luta pela terra, marcada pelo acampamento, pelos enfrentamentos e pela conquista da posse, se estende a organização da produção e dos meios para a reprodução social, no qual a mulher desempenha papel fundamental.

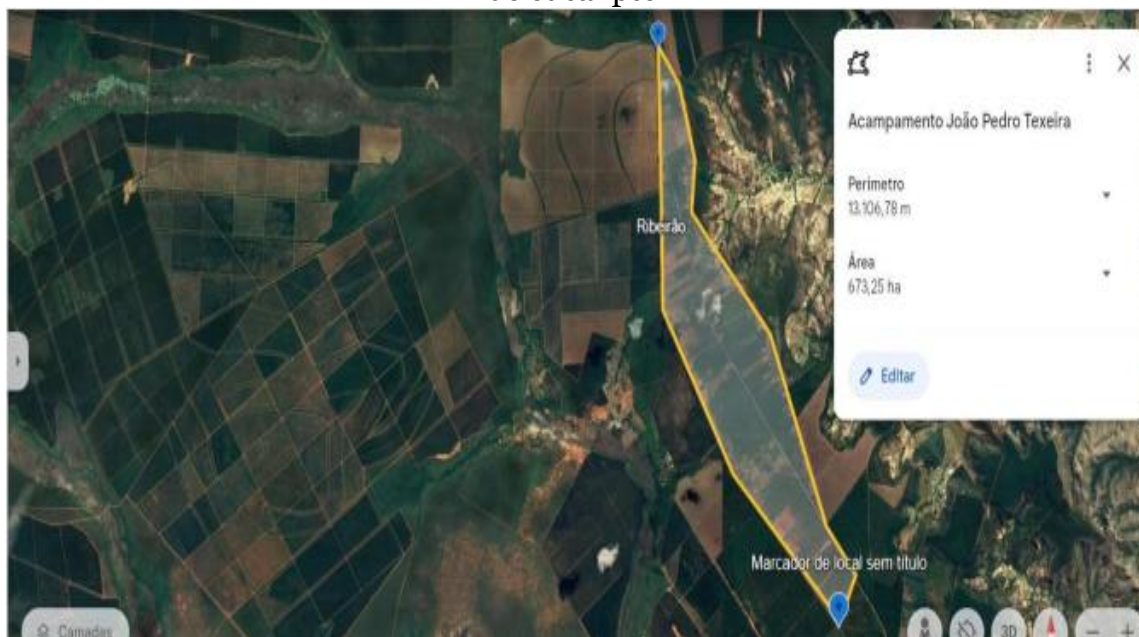
Da conquista do direito de participar dos sindicatos à inserção de suas pautas específicas nas agendas políticas, da criação de comissões de mulheres à defesa das cotas de representação, da luta pela terra à reivindicação pela reforma agrária, as mulheres têm produzido novas formas de poder — não associadas a dominação, mas de resistência que com diferentes estratégias têm demonstrado o seu papel, para além daqueles constituídos socialmente (PAULA, 2020).

Ademais, o intuito de retomar esses marcos não é estabelecer uma linha cronológica dos acontecimentos, mas compreender que é esse movimento que consolida o protagonismo das mulheres do campo — um processo construído ao longo de suas lutas históricas por reconhecimento e empoderamento. Antes de se tornar institucionalizado, isto é, transformado em leis e políticas públicas, esse protagonismo emerge debaixo das reivindicações coletivas e das práticas cotidianas de resistência das mulheres.

Território, práticas educativas e protagonismo feminino

O Acampamento João Pedro Teixeira, localizado no município de Olhos D'Água, no Norte de Minas Gerais, abriga hoje cerca de 140 famílias em situação de ocupação temporária da terra. Conforme Costa Santos (2024) trata-se de uma área de 670 hectares que está cercada pelo monocultivo de eucalipto (Figura 02), o que expressa que a luta pela terra é também uma luta em defesa do Cerrado.

Figura 02 – Imagem de satélite da localização do acampamento e monocultivo de eucalipto



Fonte: Costa Santos (2024).

A realidade cotidiana no acampamento é marcada por precariedades de infraestrutura e pela ausência de serviços básicos. Poucas famílias possuem acesso à energia elétrica e a maioria recorre a soluções alternativas. A água encanada ainda é inexistente e, embora algumas moradias já apresentem estruturas em alvenaria, grande parte permanece em lona, aspectos que demonstram as condições de vulnerabilidade.

A vivência no território permitiu observar, para além das carências materiais, as formas de organização coletiva que sustentam a permanência das famílias na terra. As estratégias de cooperação, a divisão de tarefas e a busca conjunta por soluções frente às dificuldades estruturais demonstram a centralidade da ação comunitária no enfrentamento às adversidades. O acampamento configura-se, assim, como um território de resistência, onde a coletividade se constrói cotidianamente, e onde a luta pela terra se entrelaça ao aprendizado político e social, e a consolidação e a produção de experiências formativas, produtivas e organizativas.

Nesse contexto, o Programa de Agentes Populares de Saúde (AgPopSUS), iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz, em resposta à Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), vem sendo executado na região pelo MST, com destaque a participação majoritária das mulheres. No decorrer do acompanhamento das atividades, notou-se que o desenvolvimento das ações vinculadas ao programa e desenvolvidas pelo coletivo, tem como objetivo principal fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), ampliar a participação popular e articular saberes comunitários e técnicos no território (MINISTÉRIO DA SAÚDE, [s.d.]), além de fortalecer práticas já utilizadas pelo movimento como as míticas (Figura 03). A presença feminina também se apresentou em outros espaços de organização coletiva, formação e decisões, como as reuniões e a assembleia promovidas pelo movimento, nas quais foram maioria e conduziram debates fundamentais sobre o cotidiano da comunidade.

Figura 3 - Mística⁹ de preparação do espaço para realização da atividade de formação de Agentes Populares de Saúde no acampamento João Pedro Teixeira, em Olhos D'Água, Minas Gerais.



Fonte: Arquivo pessoal, junho de 2025.

As práticas observadas dialogam com o pensamento do educador pernambucano Paulo Freire, especialmente no que se refere à educação como prática de liberdade e à construção coletiva do conhecimento, cuja contribuição é amplamente reconhecida no campo da alfabetização de jovens e adultos, especialmente no meio rural. Inspirado pelas correntes filosóficas do existencialismo, fenomenologia e marxismo, Paulo e Elza Freire construíram uma pedagogia voltada para a emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados. Nesse sentido, sua reflexão sobre as relações entre oprimidos e opressores, oferece subsídios para compreender as contradições vivenciadas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde historicamente foi negado o direito à educação.

Dado o contexto apresentado, desde o processo histórico de formação e ocupação do norte de Minas Gerais, aos marcos que consolidam a presença feminina no campo, à experiência vivida no acampamento João Pedro Teixeira, todos evidenciam a centralidade e o papel indispensável das mulheres tanto nas práticas educativas, quanto na manutenção da vida coletiva no campo. A massiva participação feminina, especialmente em processos organizativos e deliberativos, expressa um protagonismo que ultrapassa a esfera do que se atribui ao “cuidado” e se projeta como força política e formativa. As discussões sobre regularização fundiária, à melhoria das condições de habitação, o acesso à serviços básicos, assim como direitos trabalhistas e humanos, revelam que a participação feminina

⁹ Recomenda-se a leitura do artigo "O valor da Mística - MST" disponível em <https://mst.org.br/2025/09/09/o-valor-da-mistica/> acesso em: 15 de nov. de 2025.

no acampamento está profundamente ligada à transformação das condições de vida e à autonomia.

No campo produtivo, o cultivo de alimentos, a produção de quitandas e outros produtos (Figura 4), se destacam como atividades essenciais e basilares para a região, que garante a geração de renda e a segurança alimentar das famílias. Essas práticas revelam a capacidade das mulheres em articular trabalho produtivo com reprodutivo, afirmando-se como figuras fundamentais, mesmo que historicamente integram posições subalternas em uma sociedade “capitalista, patriarcal de supremacia branca” (HOOKS, 2018). Especialmente nas dinâmicas das ruralidades que envolvem dimensões materiais, morais e afetivas, são resistência na luta por criar estratégias para enfrentar estruturas patriarcais. Quando alinhadas à educação libertadora na *práxis*, essas estratégias constituem ferramentas capazes de envolver de fato e dar voz às classes subalternizadas.

Figura 5 - Quitandas produzidas pelas mulheres do acampamento João Pedro Teixeira, em Olhos D'Água, Minas Gerais.



Fonte: Arquivo pessoal, junho de 2025.

A análise dessas experiências evidencia a interseccionalidade entre classe, raça e gênero em que as mulheres estão muito mais expostas às múltiplas formas de opressões, ainda mais quando se tratando de mulheres, trabalhadoras, negras e do campo. No movimento e discussões feministas é consenso que “Devido a seu papel central em prover alimentação, vestimenta e abrigo para a família, as mulheres representam parcela descomunal no trabalho de lidar com a seca, a poluição e a superexploração da terra.” (ARRUZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 63).

Mesmo diante das limitações e da ausência de políticas estruturantes, o Acampamento João Pedro Teixeira destaca-se pela construção de alternativas coletivas. A presença e o protagonismo feminino reafirmam a importância do movimento social, neste caso o MST, em processos de educação popular, conscientização e mobilização social para o enfrentamento às contradições do modelo agrário vigente, especialmente por meio da produção agroecológica e da educação popular.

Em síntese, as práticas de vida cotidianas confluem nos momentos de encontro e formação, em que os ambientes são preparados com produtos do território, a cultura embala as acolhidas com cantorias e vestimentas que rememoram os vínculos e as conquistas, e a alimentação é sempre muito variada e em grande quantidade. Trata-se de dimensões fundamentais para a construção de vínculos e relações coletivas que contribuem para a emancipação humana. Ademais, ao longo do encontro, as atividades envolviam estudo e discussão sobre os cuidados com a saúde, o resgate de medicinais tradicionais baseadas em plantas medicinais em boa parte ameaçadas (ou perdidas) pela degradação do ambiente.

As mulheres assumem centralidade nos processos de cuidado e promoção da saúde nos territórios de reforma agrária. Demonstrem preocupação constante com o bem-estar, incorporando e orientando diferentes práticas populares alternativas e integrativas como: terapia, massagem corporal, orações, ventosaterapia, escalda-pés, e o reiki. Muitas delas são reconhecidas como agentes populares de saúde do campo, atuando de forma cotidiana na atenção integral às famílias assentadas e acampadas.

A célula de saúde do MST, estruturada em núcleos organizados dentro de cada território, cumpre um papel estratégico. Nas ocupações e nos assentamentos, um dos primeiros passos após garantir o território é a criação de um setor de saúde, compreendido como parte inicial do processo de regularização da terra e, sobretudo, da transformação social que o movimento almeja. Trata-se de um processo pedagógico do fazer, baseado na valorização dos saberes populares e na ideia de que cada sujeito é “doutor” naquilo que sabe e prática em benefício do coletivo.

O Movimento também reafirma publicamente a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e das universidades públicas, reconhecendo nelas espaços essenciais para a formação crítica, a pesquisa e a promoção da saúde como direito. Em Minas Gerais, o MST tem atuado na construção de um espaço estadual de referência em saúde e mantém parceria com a Fiocruz, fortalecendo práticas e formações voltadas à saúde coletiva. Além disso, o Movimento tem ampliado o diálogo com experiências inovadoras no país, como as associações de cultivo e uso medicinal de cannabis em Pernambuco e São Paulo, apontando para uma busca constante de conhecimento sobre os benefícios terapêuticos dessa planta.

Na Feira Estadual da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, com tema “Cultivar a Terra, Defender o Brasil” que ocorreu no município de Belo Horizonte, entre os dias 17 e 19 de outubro de 2025, foi possível observar um processo estruturado de acolhimento, triagem e escuta amorosa, seguido por atendimentos psicológicos, práticas de reflexologia, atendimentos fitoterápicos e auriculoterapia. Essas ações integram formação política, cuidado e aprendizado

conjunto, reafirmando a compreensão de que a saúde é construída na prática cotidiana e na consciência coletiva.

Assim, o setor de saúde do MST, que hoje influencia e serve de exemplo a outros movimentos sociais, articula práticas populares alternativas e integrativas como parte da luta por direitos, autonomia e bem viver no campo. Esses saberes e práticas, cultivados majoritariamente pelas mulheres, constituem um eixo fundamental da resistência e da construção de novas formas de cuidado e sociabilidade nos territórios rurais.

O projeto de extensão que impulsionou esta vivência no assentamento emerge do agravamento da situação de conflito das comunidades camponesas, tradicionais e dos povos indígenas frente às situações que envolvem violação de direitos humanos e territoriais, o que têm impactado diretamente nas condições de permanência em seus territórios e em seus modos de vida. Adicionalmente, quando analisados a partir do recorte de gênero, evidencia-se que as mulheres são ainda mais expostas à opressão e exploração. Em uma análise inicial, observa-se imediatamente a relevância do envolvimento de mulheres na assessoria jurídica popular para comunidades que vivem situações de conflitos, visto que, a turma do curso é composta por estudantes universitários, assessores populares oriundos ou com experiência de trabalho junto a povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais no estado de Minas Gerais, em que das 37 pessoas matriculadas e recorrentes, apenas 6 são homens e 31 são mulheres. Já na Comissão Política Pedagógica (CPP), que envolve as organizações parceiras, a equipe é multidisciplinar e tem 13 profissionais sendo 06 homens e 07 mulheres.

Esses dados evidenciam o protagonismo feminino em diferentes frentes: na base, vivendo nos acampamentos, no exercício de liderança, nas organizações sociais e na atuação dos grupos de pesquisa, coordenação e execução do projeto. O que significa que, majoritariamente, as mulheres estão ocupando espaços e o trabalho de produção, cuidado, comercialização, assessoria às comunidades, formação, mobilização social etc. Revelando, portanto, um forte caráter simbólico e pedagógico que nutre o esperar e reafirma o território como um espaço de reprodução social, resistência e reinvenção da vida.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas reafirmam a relevância de práticas educativas populares como instrumento de formação crítica e emancipação humana com presença e participação significativa das mulheres. As estratégias de lutar pela terra, de permanecer nela e ou da retomada de territórios tradicionais perpassam pela mobilização e atuação das mulheres em diferentes frentes de ação, todas com muito trabalho.

A vivência no acampamento João Pedro Teixeira possibilitou compreender, de maneira concreta, os desafios cotidianos enfrentados pelas famílias acampadas no Brasil, como também reconhecer a potência transformadora que emerge da organização coletiva e do trabalho político-pedagógico do MST. As contradições observadas — entre a precariedade das condições materiais e a força simbólica e política que sustenta a luta — colocam em questão o modelo conservador do desenvolvimento hegemônico rural contemporâneo, baseado na concentração fundiária e na lógica do agronegócio. Desse modo, essa experiência provoca reflexões também sobre a formação de

professores de geografia, da necessidade de que os cursos de licenciatura tenham momentos e condições para imersões em realidades que extrapolam a exclusividade do ambiente escolar formal como espaço educativo.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2019.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL (AEDAS). **Relatório técnico: diagnóstico social e plano de desenvolvimento regional**. Belo Horizonte, 2021. Não publicado.

BOSCHETTI, I. Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: **Letras Livres**; Editora da UnB, 2008.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2017.

CHAVES, E. Aspectos econômicos em uma sociedade agrária (Rio Pardo, século XIX): evidências na composição da riqueza local. **Topoi**, v. 13, p. 54-76, 2012.

CHAVES, E. Povos, culturas e colonização no sertão. In: BARBOSA, C.; PORTO, C.; BARBOSA, D. (org.). **Sertão: cultura e território**. Montes Claros: Unimontes, 2020. p. 15-46.

COSTA, S. H. G. Questão Agrária e Luta por Território no Norte de Minas Gerais: a grilagem e o conflito no Vale das Cancelas. In: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Atlas da questão agrária Norte Mineira. São Paulo, 2020, p. 77-82.

COSTA SANTOS, O. S. **Territórios norte-mineiros: entre empreendimentos do capital e a destruição do cerrado pelo monocultivo de eucalipto**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2024.

COSTA, S. H. G. **Recantilados, entre o direito e o rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas Gerais**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAYRELL, C. A. **De nativos e caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 100-153, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/868/86819564005.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DataLuta**, p. 1-10, 2008.

FARIAS, M. D. F. L. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. Anais...* São Paulo: USP, 2011.

HONORATO, L.; SULZBACHER, A. W. Mineração e conflitos territoriais no semiárido mineiro: uma análise dos processos minerários. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, 8., 2024, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Quem é?** Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/agpopsus>. Acesso em: 16 ago. 2025.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais adentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PAULA, L. A. C. de. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e (r)existência em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEREIRA, S. S.; REIS, A. T. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): emancipação dos sujeitos e transformação social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 1249-1268, 2018.

QUEIROZ, T. B. **Entre abelhas e barreiras: uma análise do trabalho feminino na produção de mel do semiárido mineiro**. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – UFVJM, Diamantina, 2024.

SANTOS, A. C.; SIQUEIRA, D. L.; FERNANDES, D. S. O discurso do desenvolvimento e as estratégias produtivas das famílias do MST no Norte de

Minas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, p. 101-118, 2025.

SANTOS, F. F.; GARCIA, R. P. M. A luta dos camponeses do alto Rio Pardo pelo direito ao território e à educação do campo. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação Entrelaçando**, n. 10, 2016.

SANTOS, G. R.; SILVA, R. S. Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2011.

SCOTT, P. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.